

## Novos atores em cena e a reconfiguração dos conflitos sociais e do debate do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia: a emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens<sup>1</sup>

Sérgio Roberto Moraes Corrêa

### Novos atores em cena e a reconfiguração dos conflitos sociais e do debate do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia: a emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens

**Resumo:** O presente texto faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB). Esse texto trata de analisar o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) como um novo ator social na cena pública brasileira, focando em particular a sua experiência na Amazônia. Com isso, pretende-se identificar em que medida e sob que perspectiva esse Movimento contribui para inscrever e impulsionar a reconfiguração de novos conflitos sociais na dinâmica socioterritorial deste país e da Amazônia e provocar inflexões no debate em torno do tema do desenvolvimento. Para tanto, essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa documental e de campo. O *locus* da pesquisa foi o município de Tucuruí, no Estado do Pará, onde foi construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), um dos grandes projetos do modelo e da política desenvolvimentista conservadora do regime militar (1964-1985).

**Palavras-Chave:** MAB. Conflitos sociais. Desenvolvimento.

### New actors on the scene and the reconfiguration of social conflicts and of the debate of development in Brazil and in the Amazon: the emergence of the Barrage Affcted Movement

**Abstract:** This text is part of a master's dissertation research already completed, through the Program of Graduate Studies in Education of the Federal University of Paraíba (PPGE-UFPB). This text comes to analyzing the Barrage Affcted Movement (MAB) as a new social actor in the Brazilian public scene, focusing in particular on their experience in the Amazon. Thus, we intend to identify to what extent and under what perspective this movement contributes to sign up and boost the reconfiguration of new social conflicts in socio-territorial dynamics of this country and of Amazonia and cause inflections in the debate around the issue of development. Therefore, this study was a qualitative approach involving documentary and field research. The locus of the research was the municipality of Tucuruí, in the State of Pará, which was built Tucuruí Hydroelectric Plant (UHT), one of the major projects of the model and of the conservative developmenistt policy from the military regime (1964-1985).

**Keywords:** MAB. Social conflicts. Development.



Esta obra foi licenciada sob uma Licença Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado de minha dissertação de mestrado, intitulada: “Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural na Amazônia: uma leitura a partir da Pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragem”. Essa dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação do professor doutor Severino Bezerra da Silva.

O MAB tem como missão: articular os interesses, as necessidades e os direitos dos povos atingidos frente às empresas, ao Estado e a outras organizações que de alguma forma estejam envolvidas na questão; construir uma política energética sob o controle do Estado, lutar contra o modelo capitalista neoliberal e contribuir com a construção do modelo socialista para o Brasil. (MAB, 2005).

## **Introdução**

Se a década de 80 do século XX, do ponto de vista econômico e social, pode ser lida sob o prisma da crise, a denominada “década perdida”, que aprofundou a desigualdade social e exclusão no país, esse contexto, no entanto, pode, também, ser interpretado sob uma outra chave analítica de um novo momento e potencial da cultura política brasileira – processo de redemocratização – com a entrada em cena de novos atores sociais e políticos, produzindo uma sociedade civil mais heterogênea e complexa, carregada de interesses e correlações de poder entre classes e grupos sociais conflitantes.

É nesse cenário que vai emergindo o MAB, “de baixo”, posicionando-se como resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento e de sociedade e defendendo um “Projeto Popular”. É um Movimento que nasce muito influenciado por Sindicatos de Trabalhadores Rurais e por setores progressistas da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), mas que tem sua particularidade e vai se tecendo sob dinâmicas diferentes e tensas em cada região do país.

Para fins desse texto, procura-se identificar o lugar do Brasil e, em particular da região amazônica, com a emergência do MAB em nível nacional e local frente aos vários projetos hidrelétricos desenvolvimentistas, como a Hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará<sup>2</sup>. Para isso, coloca-se a seguinte questão: em que medida e sob que perspectiva o MAB contribui para inscrever e impulsionar a reconfiguração de novos conflitos sociais na dinâmica socioterritorial deste país e da Amazônia e provocar inflexões no debate em torno do tema do desenvolvimento?

### **1- MAB: alguns sinais e traços de sua história**

Sem a pretenciosidade de querer dar conta da história do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) nesse texto, até porque essa pesquisa não teve tal propósito, teço e entrelaço alguns fios acerca da origem desse Movimento para demarcar um divisor de águas, a partir da emergência do MAB na sociedade brasileira, identificando novos sujeitos, novas demandas e temas, que passam a impulsionar a reconfiguração de novas contradições e conflitos na dinâmica socioterritorial deste país e da Amazônia, particularmente em torno do tema e da questão do desenvolvimento.

Em meados dos anos 70 do século XX, o mundo, ainda, se encontrava efervescido pela Guerra Fria, na qual os blocos capitalista e socialista disputavam fronteiras dos continentes e das nações para expandir seus projetos de sociedade. A

---

<sup>2</sup> A pesquisa de campo foi desenvolvida no município de Tucuruí, por meio de entrevistas semiestruturadas e observações. Os entrevistados apontados nesse texto apresentam nomes fictícios, para salvaguardar sua identidade e são compostos por membros do MAB local e por populações atingidas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí: Antenor, Caboclo, Maria, Negra.

América Latina, ao mesmo tempo em que vivia a experiência de revoluções de corte socialista em alguns países, passava, predominantemente a ser varrida por uma onda de golpes militares, que implantavam regimes ditatoriais de direita.

Nesse enredo contraditório e conflituoso, a sociedade brasileira vivia e experienciava a trama de um dos momentos mais sombrios de sua história: a ditadura civil-militar (1964-1985). Censura, perseguições, torturas e mortes compunham o repertório da prática de violência institucionalizada do regime militar, isto é, do Brasil Grande ou Potência e de seu processo de modernização, que, no afã de se integrar à economia mundial sob a égide do capitalismo urbano-industrial nascente e da modernização agrícola via revolução verde, não levou em consideração as possíveis consequências sociais e ambientais de tal empreendimento desenvolvimentista (FURTADO, 1996; LOUREIRO, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2005).

É nesse contexto que a ocupação, domínio, controle, reordenamento e exploração da região amazônica pela política do Estado brasileiro, em íntima relação com os setores do grande capital nacional e internacional, é colocada como dimensão estratégica em nível nacional e mundial (ALVES FILHO, 1999; LOUREIRO, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2005). Essa região assume, no cenário geopolítico, econômico e ideológico da Guerra Fria e na política econômica do modelo desenvolvimentista do governo militar, em particular, importante função na expansão da fronteira capitalista, reforçando o lugar periférico e colonial dessa região tanto interna quanto externamente, reafirmando e reproduzindo, por conseguinte, a estrutura social de um Brasil subdesenvolvido marcado por abissais contradições e desigualdades regionais e sociais (FURTADO, 1996).

É nesse contexto, mais precisamente no início dos anos 70, que se encontram as raízes históricas do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB), que emerge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005, p. 09). Três foram, segundo registros da história do MAB, os focos principais de resistência, organização e luta que podem ser considerados como o berço do que viria a ser o Movimento mais tarde:

Primeiro na Região Nordeste, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular. Segundo no Sul, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região. Terceiro na Região Norte, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí (MAB, 2002, p. 06).

Na Região Nordeste, nos anos 70, no Vale do Rio São Francisco, as barragens de Moxotó e Sobradinho foram, segundo registros da história de luta e de organização do MAB (Parte I), “feitas sem qualquer consideração para os problemas sociais”. Entre Pernambuco e Bahia, no final dos anos 70, no médio do Velho Chico, com a construção da barragem de Itaparica, foi inundada uma área de 834 km<sup>2</sup> e foram expulsas e expropriadas 40.000 pessoas.

Nesse período, lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais começaram a promover reuniões nos municípios, denunciando os riscos e a trágica situação dos atingidos. Essa organização e mobilização nascente dos atingidos, nessa região, frente a essas barragens concentrou suas reivindicações nas seguintes questões: “terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias”. Essa organização e mobilização passou a se estruturar e se tornar mais forte com a constituição de uma “coalizão sindical, sob o nome de Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco”, que se deu, em 1979, a partir de uma primeira concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia-PE. Em 1980, também em Petrolândia, ocorre a segunda concentração, reunindo mais de 5.000 pessoas (MAB, Parte I).

Numa demonstração de avanço e maior capacidade organizativa, esses sindicatos, em 1984, conforme registra esse mesmo Documento, com apoio de técnicos, elaboram um documento – “Diretrizes Básicas para o Reassentamento” – no qual reforçam as reivindicações anteriores e introduzem novas questões: “lotes de 25 hectares dos quais 6 irrigados, irrigação por aspersão, administração de projetos pelos trabalhadores, melhor escolha das terras, estradas”. No entanto, como a “CHESF só conversava” e não apresentava respostas concretas às reivindicações dos sindicatos e não cumpria os prazos acordados, o movimento nascente dessa região se ampliou e radicalizou, promovendo ocupações com apoio de vários setores da sociedade civil e do poder público (MAB, Parte I).

Na Região Sul, na Bacia do Rio Uruguai, o projeto energético, expresso no Plano 2010 da Eletrobrás, “projetava a construção de 23 barragens, que expulsariam 200.000 pessoas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. Nessa região, reside uma questão particular, que, conforme o MAB: “pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra” (MAB, Parte I).

Em Santa Catarina, mais precisamente em Concórdia, 350 agricultores criaram, em 1979, a Comissão Regional de Barragens, cujo objetivo era “obter junto a ELETROSUL maiores informações sobre o projeto e divulgá-las amplamente, advertindo os atingidos acerca da ameaça que pairava sobre suas vidas” (MAB, Parte I). Com a criação dessa Comissão, podê-se, aos poucos, promover ações de organização e mobilização com vistas a cobrir a área projetada da região para construção de novas barragens, o que implicava uma maior resistência.

No decorrer dessa caminhada, em fevereiro de 1983, em Carlos Gomes, considerado o distrito mais vigoroso no combate às barragens de Machadinho, 20 mil pessoas se juntaram e se mobilizaram para participar da “Romaria da Terra”, que tinha como tema central “Águas para vida, não para morte”. Essa frase de efeito veio a se transformar numa das principais palavras de ordem do MAB.

Em 1985, é realizado um Abaixo-Assinado, que traz como questão de fundo “Não às Barragens”. Através da Comissão Regional de Barragens, esse documento consegue um milhão de assinaturas, que foi entregue ao poder público federal na representação do Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários. Inicialmente, essa Comissão centrou suas reivindicações em “indenizações justas e terra por terra”, mas a partir dessas organizações e manifestações mais ampliadas consciente e politicamente, a luta se deu “contra a construção das barragens: Terras Sim, Barragens Não”, outra

palavra de ordem que passa a compor o repertório de resistência e dar maior identidade ao que viria ser o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, Parte I).

## 2 - As raízes do MAB na Amazônia

No Sudeste do Estado do Pará, no município de Tucuruí, é construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no Rio Tocantins. Conforme Documentos do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, Parte I), em 1978, as famílias a serem atingidas não tiveram nenhuma informação acerca do projeto de Tucuruí e “começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte”, empresa responsável pela obra (MAB, Parte I)<sup>3</sup>.

Na entrevista de Caboclo, uma das lideranças do MAB, ele explica e reafirma que, além da não informação dada pela empresa estatal responsável às populações locais sobre a obra, impediu-se, também, a população de dar continuidade às suas atividades produtivas e/ou criarem novas atividades.

Logo que a Eletronorte começou a fazer os estudos para construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, em 1974, ela já começou fazendo o levantamento das famílias atingidas e impedindo que essas famílias fossem trabalhar, plantando, fazendo novas atividades, porque a idéia é que fosse feito da terra dessas pessoas objeto de indenização. Parou-se tudo isso aí (CABOCLO).

Essa barragem, conforme o documento referido anteriormente do Movimento, inundou uma área de 2.830 km<sup>2</sup> e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingido sete municípios à montante da barragem e mais outros à jusante dela<sup>4</sup>. Apesar disso, Caboclo relata que, segundo os dados oficiais, foram atingidas 5.700 famílias, mas ele acredita que esse número seja bem maior. Ademais, defende o reconhecimento das populações à jusante da barragem serem identificadas como atingidas.

A gente acredita que é muito maior o número de famílias atingidas. A minha família é uma delas não reconhecida. São 2.800 quilômetros de lago. Foram sete municípios atingidos diretamente: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, Ipixuna e Cametá. É importante considerar, ainda, os municípios que estão localizados na jusante da barragem, que foram atingidos, também, como: Mocajuba, Baião, Igarapé Miri, que foram reconhecidos no governo [federal] atual como atingidos (CABOCLO).

Para Diegues (1999, p. 52), “como em outros lugares da Amazônia, também nos municípios de Tucuruí, Jacundá, a busca pelo desenvolvimento incluía a exclusão e o empobrecimento de certos setores da sociedade”.

A água e a energia, portanto, passam a ser transformadas mais intensamente, conforme essa lógica de desenvolvimento de modernização conservadora, em *fetiches*.

<sup>3</sup> Conforme o transcurso histórico traçado pela Eletronorte, no ano de 1974, baixa-se o decreto autorizando a construção da UHT. Em 1975, têm início as obras. Em 1984, é realizado enchimento do reservatório (lago artificial). Neste mesmo ano, entra em operação a 1ª unidade da UHT.

<sup>4</sup> Montante fica acima da barragem da UHT, onde se localiza o grande lago artificial, criado com a construção da barragem. A jusante fica abaixo da barragem, parte que ficou mais seca a partir da construção dessa barragem, ambas as dimensões expressando evidentes danos e impactos socioambientais na área.

É relevante, contudo, considerar que, se de um lado, as Barragens existentes no país, advindas desse modelo desenvolvimentista, levam a uma “modernização às avessas” (LOUREIRO, 2001) e provocaram um conjunto de danos socioambientais, de outro, os novos atores sociais que entram em cena, como o MAB, assumem uma posição político-ideológica e repertório de resistência e de contestação à ordem social vigente, assinalando a denúncia desse modelo dominante de desenvolvimento, alicerçado em profundas contradições e violações de direitos individuais e coletivos.

Em face do quadro socioespacial, político, econômico, cultural e ecológico anteriormente descrito, os condicionantes são criados para mobilização, organização e insurgência de segmentos sociais populares, principalmente do campo, para iniciar uma resistência e luta em favor das populações atingidas pela barragem da UHT. Diegues em seu estudo sobre o Movimento assinala que

As tensões afloradas pelo processo de desalojamento de seus sítios, em boa parte herdadas pela linhagem familiar, estiveram na base do início da resistência contra o processo expropriatório. Os pequenos produtores se organizaram politicamente, com o intuito de garantir seus direitos ameaçados (DIEGUES, 1999, p. 56).

Segundo documento do MAB (MAB, Parte I), em 1981, com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, constituiu-se o “Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que encaminhou à empresa ELETRONORTE e a outras autoridades governamentais suas denúncias e reivindicações”. A partir daí, as mobilizações e pressões passaram a ser mais fortes, posto que a organização das populações atingidas ganhava corpo e voz.

Exemplo disso, foram os dois acampamentos que o Movimento fez. Um, em 1982, que, durante três dias, ficaram em frente ao escritório da ELETRONORTE, na cidade de Tucuruí, onde se reuniram 400 pessoas. Nesse momento, o movimento apresentava as seguintes reivindicações: “terra por terra (lotes de 21 alqueires), vila por vila, casa por casa, indenizações justas e ressarcimento pelos prejuízos” (MAB, Parte D).

O outro foi em abril de 1983, durante o qual conseguiram mobilizar e reunir 2000 pessoas e quando conseguiram reabrir as negociações com a empresa. Nesse momento, uma Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí foi conversar com a presidência da empresa em Brasília. Enquanto essa Comissão estava em Brasília, o acampamento foi mantido até que se tivesse um acordo, que levasse em consideração as reivindicações do movimento nascente. Para o Movimento: “A luta pelo cumprimento do acordo passou a ser o objetivo geral do movimento” (MAB, Parte I).

Não obstante as pressões ganhassem vigor, Diegues (1999, p. 56) afirma que

[...] As medidas tomadas pela empresa para assentar essas famílias em outras áreas, definidas pelos órgãos que se ocupavam de terras (INCRA e Iterpa), foram arbitrárias e, por isso, recusadas na maioria pelos agricultores. Como desdobramento, foi constituindo-se um sério campo de conflitos. As indenizações, por exemplo, consideradas irrisórias e corroídas pela inflação foram rejeitadas por muitos. Tendo de forma abrupta seus projetos de vida interrompidos, essas famílias

experimentaram longos momentos de insegurança devido, sobretudo, a impossibilidade de trabalhar e produzir, dado a instabilidade que envolve um processo de mudança de uma área para outra, agravado pela desigualdade de interesses das partes.

Cabe considerar que a efervescência desse conflito e o fortalecimento do movimento vão-se dando num contexto histórico de definhamento do regime ditatorial na sociedade brasileira e ascensão e efervescência dos movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade na sociedade civil. A expressividade do Movimento viria a se fortalecer com a emergência de novos problemas sofridos pelos atingidos remanejados. Em função de toda má gestão e da negligência da Eletronorte, as conseqüências dos impactos socioambientais advindos da barragem passavam a se evidenciar de forma concreta e com conseqüências materiais, subjetivas e simbólicas.

[...] 600 famílias já reassentadas tiveram suas terras tomadas pelo lago: a ELETRONORTE se equivocou na demarcação das áreas a serem inundadas! Em outra trágica demonstração de irresponsabilidade, a margem esquerda do reservatório, onde havia sido assentada a maioria dos expropriados, foi infestada por uma praga de mosquito até então desconhecida na região (MAB, Parte I).

Em 1989, o movimento demonstra ganhar mais força, quando passa a reunir os expropriados da montante e os atingidos da jusante da barragem, criando a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), para lutar pelos seus direitos, haja vista as problemáticas decorrentes da má qualidade da água, que atingiram a saúde das populações, suas atividades pesqueiras, precarizando ainda mais suas condições de vida e trabalho. Em entrevista, Caboclo fala acerca do surgimento do MAB na região amazônica, destacando o papel dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para a construção da CATHU, o que é um aspecto, em grande medida, comum em relação às outras lutas e mobilizações que se desenvolveram no Nordeste e no Sul. Todavia, a mobilização e luta contra o projeto de Tucuruí só se deu depois de iniciada a obra.

[...] Só depois de iniciada a construção e barrado o rio, é que se começou o movimento dos expropriados pela indenização, lote por lote, casa por casa, que isso terminou não sendo conquistado por eles [pelo movimento]. A luta continua até hoje. Então, naquele momento, se criaram comissões no Brasil inteiro onde tinha que se enfrentar a construção de barragem. Aqui, se criou a CATHU, que foi a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. Ela era conduzida pelo sindicato dos trabalhadores rurais e, também, pela CPT. Através dessas comissões, é que foi surgindo, culminando com a criação do MAB no Brasil e na região (CABOCLO).

Sobre isso, seu Antenor, atingido pela hidrelétrica de Tucuruí e membro do MAB, relata em entrevista que a corrente do movimento ia se atrelando e se estendendo, ganhando mais força, embora persistissem as situações limitantes para essa ampliação.

O nosso sofrimento era muito grande. Aí a gente foi se juntando, foi se juntando, fazendo uma grande união, para lutar por nossos direitos. Aí a gente foi ficando mais forte. Aí o pessoal foi vendo que a gente

estava reivindicando e conquistando nossos direitos, começaram a se unir. Mas foi difícil. Ainda é difícil de unir as pessoas para lutar (ANTENOR).

O fato, todavia, de se ter iniciado a mobilização e organização popular após a construção e barramento do Rio Tocantins diferencia sua história da região Sul do país, onde a mobilização e organização popular de resistência à construção das barragens iniciaram-se antes. Isso pode ajudar a explicar a força que o MAB tem nessa última região de uma forma mais consolidada.

Contudo, Diegues destaca que essa articulação, nessa região da hidrelétrica de Tucuruí, se ampliou e se diversificou, ganhando uma particularidade, ao trazer outros atores sociais e temas invisíveis para a cena do conflito e do debate do desenvolvimento, como os indígenas, também, atingidos pelo empreendimento hidrelétrico de Tucuruí.

O movimento ganhou amplitude, articulando-se a outros setores organizados da sociedade na luta pelos direitos de cidadania, em que se inclui o respeito às relações tradicionais de uso mantida com a floresta e com o rio. Fizeram, nessa caminhada, aliança com grupos indígenas atingidos pela barragem de Tucuruí. (DIEGUES, 1999, p. 60).

Castro e Acevedo (1989 apud DIEGUES, 1999, p. 60), ao fazerem menção à construção da identidade dos povos atingidos do Tocantins, apontam para aprendizagem, a partir da prática política, que move uma pedagogia emergente da luta política.

A construção da identidade dos atingidos por barragem no Tocantins traduz um longo exercício na aprendizagem da prática política, não poucas vezes, pela pedagogia do ensaio e erro. O direito à terra, que ocupam e ao trabalho nela incorporado, encerram os elementos mais imediatos que reforçam os traços políticos, culturais, sobretudo, no reconhecimento de que as conquistas dependem de como serão encaminhadas as ações coletivas. Processo que traduz a própria constituição de sujeitos políticos agindo sobre condições determinadas interna e externamente no seu meio.

Essa composição diversa de forças, assumindo os sindicatos de trabalhadores rurais locais força de vanguarda, ampliou a ação do movimento, sua expressividade diante da sociedade e fortalecimento na região, a fim de construir uma força política e social de resistência para reafirmar a luta pelos direitos dos atingidos. É importante perceber que num primeiro momento esse movimento, assim como os das demais regiões estavam se centrando em reivindicações que se limitavam a requerer “terra por terra, vila por vila, indenização, ressarcimento dos prejuízos causados pelas barragens” em nível local, sem uma articulação maior, sem uma contestação à matriz política energética e ao modelo de sociedade.

Mas, no curso desse processo de resistência e luta, a partir da articulação das comissões em nível nacional, as reivindicações passaram a ser ampliadas para uma contestação ao modelo energético e de sociedade, demonstrando o alargamento da força e da consciência social e política desse sujeito coletivo que vinha emergindo.



Todas as obras acima citadas apresentam dois fatos marcantes: a existência ainda hoje, de organização popular, e como aspecto negativo, todas têm ainda problemas sociais e ambientais pendentes de solução devido à construção das barragens. Nestas obras e nas demais regiões do Brasil, a luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamento, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional. Para isso, seria necessário uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil (MAB, 2002, p. 07).

À medida que o Movimento ampliava suas ações de luta e resistência, capacidade de organização, mobilização por direitos e denúncias, ele trazia à baila, nos termos de Boaventura Santos (2001), experiências sociais e saberes com fortes potenciais renovadores de críticas ao paradigma hegemônico de desenvolvimento e de racionalidade instrumental, inscrevendo e pondo em cena, por conseguinte, posições e racionalidades conflitantes com o modelo dominante, demarcando novas possibilidades de interpretar e construir a realidade brasileira, em particular a Amazônica. Isso sugere a ideia de uma *práxis*, que o Movimento vai tecendo no campo dos conflitos, através de sua luta, demonstrando para sociedade uma outra maneira de agir, de olhar e compreender o Brasil, o que exige um olhar atento e crítico para essas dinâmicas emergentes de baixo, ou desse abismo invisível nos termos de Martins (2002) para renovar as bases de pensamento crítico e construir caminhos alternativos.

### **3- MAB: um novo ator social em cena e a reconfiguração dos conflitos sociais e do debate do desenvolvimento**

Nesse caminhar de organização dos povos atingidos, é possível identificar a emergência de novos sujeitos, problemas e temas na cena e na trama dos conflitos sociais na sociedade e no debate do desenvolvimento. Com efeito disso, amplia-se e diversifica-se a resistência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, o que ajudava vislumbrar uma contra-hegemonia e fortalecer, em nível nacional, regional e local a idealização e construção de novos caminhos alternativos.

À medida que o Movimento ampliava suas ações, capacidade de organização, mobilização e luta por seus direitos, expressava, por conseguinte, mais consciência de suas condições de apropriados e atingidos e maior organicidade política, para lutar contra as formas de degradação de suas condições de vida e trabalho, contra a degradação da natureza. Ao fazer referência ao surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragem na sociedade brasileira, Porto-Gonçalves explica:

A emergência de um forte movimento da sociedade civil no Brasil, e com ele a constituição de múltiplos protagonistas, a partir dos anos setenta e em claro confronto com o regime ditatorial, colocou, para além da questão da redemocratização, uma pluralidade de demandas de diferentes sujeitos sociais que surpreendeu os analistas das ciências sociais (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 159).

Nesse processo, em 1991, o MAB emerge, concebido como um

[...] movimento popular, de massa, que visa organizar e mobilizar toda a população atingida ou ameaçada para lutar contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético (MAB, 2002, p. 05)<sup>5</sup>.

O MAB tem como missão:

articular os interesses, as necessidades e os direitos dos povos atingidos frente às empresas, ao Estado e a outras organizações que de alguma forma estejam envolvidas na questão, construir uma política energética sob o controle do Estado, lutar contra o modelo capitalista neoliberal e contribuir com a construção do modelo socialista para o Brasil. A luta é estimulada e organizada num permanente processo de formação e mobilização, onde os atingidos vão compreendendo a realidade, tomando consciência de sua situação, participando e decidindo os rumos da vida coletiva (MAB, 2005, p. 08).

Com base nesses dois parágrafos acima, o MAB, ao se intitular e denominar enquanto movimento nacional popular, de massa, posiciona-se e define e afirma sua matriz identitária como movimento social popular, oriundo das e comprometido com as classes e grupos sociais populares, particularmente os povos atingidos por barragens.

No I encontro Nacional dos Atingidos por Barragem (1989), em Goiânia-GO, definiu-se como “atingido”:

Todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das Usinas Hidrelétricas, independente de ser atingido direto ou indireto. Atualmente, afirma que além destes, fazem parte do Movimento todos aqueles que assumem a causa dos povos atingidos e lutam pela construção de um novo modelo energético e de sociedade (MAB, 2005, p. 08 e 09).

Ao se referir à categoria de “atingido”, Vainer (2004, p. 14) salienta seus sentidos e usos contraditórios e conflitivos, expressos nas correlações de poder na sociedade, inscrevendo posições e concepções divergentes:

Que os movimentos tenham assumido a categoria descritiva com que são designados pelo Setor Elétrico e pelos estudos de impacto não parece incomodar seus militantes e lideranças. Como tampouco lhes cria problema que esta designação venha de uma forma verbal passiva. Ao contrário, via de regra os militantes enunciam com um certo orgulho o fato de serem atingidos por tal ou qual barragem, quando se apresentam nas reuniões. Para o Setor Elétrico, e para os promotores de grandes projetos em geral, a categoria de “atingido” é perfeitamente compatível com uma perspectiva que vê as populações como incapazes de agir e, portanto, designadas por um qualificativo que as associa à passividade. O movimento, ao contrário, pretende justamente impedir que os “atingidos” fiquem passivos. O paradoxo poderia ser enunciado da seguinte maneira: o movimento de atingidos

---

<sup>5</sup> Nesse momento, o movimento decidiu que a sua principal instância deliberativa passava a ser o Congresso, com periodicidade trienal. Com o encerramento do Congresso em 14 de março, essa data ficou deliberada como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens (MAB, 2005, p. 09).

tem como objetivo impedir a existência de atingidos e fazer com que os atingidos não o sejam, ou, na pior das hipóteses, o sejam na menor medida possível.

Porto-Gonçalves defende que o MAB conseguiu demarcar um território contraditório ao conceber e colocar, de um lado, os povos como “atingidos” pela política de desenvolvimento do Estado, de outro, como sujeito, “protagonista” de outras propostas e ações. Para esse autor (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 159), o Movimento,

Indica a contradição diretamente posta pela ação do Estado como protagonista. As populações se colocam aqui claramente como *atingidas*, ou seja, como aqueles que não foram os destinatários da ação do Estado, ao contrário, foram atingidos pela ação deste. No entanto, ao se constituírem como movimento dos atingidos por barragem colocam-se como sujeitos que, por sua própria ação, desejam ser protagonistas de suas vidas.

No tocante a essa “contradição” que a terminologia atingido encerra, as narrativas a seguir evidenciam bem essa premissa, que carregam junto a representação da identidade desses sujeitos como excluídos e excluídas desse modelo energético e de desenvolvimento, que atinge direta e indiretamente. Aí está expresso, também, um saber crítico da sua condição de atingido e de excluído por esse modelo de desenvolvimento, mas, também, de protagonista sócio-político na sociedade.

Ser atingido é, além de inundar a terra, tem essa questão do setor energético, da tarifa de energia. Pra quem a barragem estar sendo construída? Quem que paga a conta da barragem? Tem todas essas indagações e, acima de tudo isso, a cultura do povo [atingido] e de todas suas raízes que ficam em baixo da água. Então, acabam com a vida dessas pessoas. (NEGRA).

Bom, para mim, atingido é todo aquele que foi direta ou indiretamente atingido pela barragem. Diretamente, são aqueles que perderam suas terras, suas casas, suas roças; e os indiretamente são aqueles que moram nas cidades, que sofrem com o mosquito, com aumento do preço da energia. (MARIA).

Nesse sentido, essa noção de atingido imprime tanto a contradição da política do modelo de desenvolvimento do Estado na sociedade brasileira, quanto demarca a práxis político-social, cultural e ecológica de um sujeito coletivo emergente que luta contra esse modelo de desenvolvimento excludente e antiecológico.

O MAB se afirma, ainda, como um Movimento que se contrapõe ao modelo neoliberal de sociedade e às políticas do setor energético controladas pelo capital privado, defendendo o controle público desse setor energético com a participação popular (MAB, 2002, p. 05). Assim, no I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragem, em 1991, ocorrido em Brasília-DF, o MAB é instituído oficialmente como “movimento nacional, popular e autônomo” (MAB, 2005, p. 09).

A identidade do MAB é constituída de um conjunto de atores sociais e identidades: “Os integrantes do MAB são, em maioria, camponeses, trabalhadores

rurais sem terra, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, Indígenas, quilombolas, pescadores e mineradores” (MAB, 2004, p. 08).

Em 1996, em Brasília-DF, ocorre o III Congresso Nacional do MAB. Para o movimento, esse evento teve um caráter de extrema relevância, posto que “definiu que o Movimento passaria a lutar também por um modelo energético com ênfase para as questões sociais e ambientais e pela participação popular na gestão desse setor” (MAB, 2005, p. 09). E, no ano de 1997, em Curitiba-PR, realizou-se o I encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragem no qual foi elaborada a Declaração de Curitiba, que instituiu o dia 14 de março como o Dia internacional de Luta Contra as Barragens.

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997, é criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens em nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões (MAB, 2005). A criação dessa Comissão revela uma conquista importante para se projetar e visibilizar os atingidos e os problemas resultantes desses grandes projetos hidrelétricos. Contudo, evidencia, também, um novo campo de disputas assimetricamente estruturado em nível transnacional, revelando a reconfiguração e alargamento das lutas<sup>6</sup>.

Em novembro de 1999, em Belo Horizonte-MG, o MAB realiza o seu IV Congresso Nacional, no qual é reafirmado o compromisso de:

Lutar contra o modelo capitalista neoliberal e pela construção de um Projeto Popular para o Brasil, que inclua um novo modelo Energético. O Congresso definiu, também, que os grupos de base constituem-se como o principal método de organização dos atingidos (MAB, 2005, p. 09).

Outro fato marcante na história do MAB foi o I encontro Nacional realizado em 2003, em Brasília-DF. Nele, a partir da identificação das problemáticas de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental, sofridas pelos atingidos, definiu-se:

Pela luta em defesa de um projeto socialista para o Brasil integrado a um novo modelo energético, aos valores coletivos e à cultura do campo, pelo fortalecimento do poder popular e pelos direitos dos atingidos (terra, moradia, trabalho, saúde, educação, cultura e meio ambiente) (MAB, 2005, p. 10).

---

<sup>6</sup> É importante destacar que o MAB, junto com MST e outros movimentos sociais, compõem a Via Campesina. Esta foi criada em 1992 e é uma articulação internacional de movimentos camponeses por diversas organizações da Ásia, África, América e Europa, que tem como linhas políticas: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos. A Via Campesina se conforma como um dos principais atores nas lutas atuais contra a hegemonia do modelo neoliberal de agricultura, denominado de Agronegócio.

Em 2003, já no início do Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores, o MAB é retomado na região de Tucuruí. Conflitos internos nas organizações locais fragilizam a luta do Movimento e retardam suas conquistas. Ao mesmo tempo, outras organizações populares, por fora do MAB, organizam-se para acompanhar as indenizações das populações atingidas pela duplicação da barragem de Tucuruí com a cota 74, que é a elevação do nível do lago, para gerar mais energia<sup>7</sup>.

No tocante a isso, em entrevista, Caboclo, liderança local do MAB relata:

Com isso, 5.900 a 6.000 famílias foram atingidas por esse aumento do nível do lago. Então, uma empresa de Goiânia foi contratada pra fazer o levantamento de famílias atingidas pra Eletronorte indenizar. Então, começamos a acompanhar as indenizações como associação, porque até então o MAB não estava em atividade aqui, isso em fevereiro/março de 2002. Quando entrou o governo lula, em 2003, houve uma denúncia por parte de um ex-diretor de engenharia da Eletronorte, que era o Daimo, para o MAB [sede de Brasília] que estava havendo aqui em Tucuruí onda de corrupção nas indenizações. Interessante que era do governo para o movimento a denúncia de corrupção e não do movimento para o governo. Então, o MAB mandou dois representantes aqui para ver o que estava acontecendo. Através da CPT, eles chegaram até nós. Aí nos pediram ajuda pra organizar o movimento aqui pra ver essa questão da 2ª etapa da barragem, que era essa cota 74, e ninguém fez nada! Fizeram? A Eletrobrás indenizou da forma como ela quis as pessoas. E aí é importante entender que pessoas com direito à indenização até hoje ficaram sem receber sua indenização. Então, com o pedido dos integrantes do MAB, começamos a organizar os grupos de base em 2003. (CABOCLO).

No ano de 2004, o MAB realizou a 1ª Marcha Nacional com o lema “Águas pela Vida”. Nessa Marcha, reuniram-se pessoas, grupos e povos atingidos de 15 estados federativos. A Marcha durou 15 dias, foi de Goiânia-GO à Brasília-DF. Esse encontro teve como objetivo animar e fortalecer a unidade nacional dos povos atingidos, ampliar as alianças com diversos setores da sociedade, denunciar a problemática social dos povos atingidos. Conforme o MAB, essa Marcha

Resultou em diversas conquistas junto ao governo federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Pesca e Ministério da Educação) e à Eletrobrás nas áreas de crédito (PRONAF), terra, produção de peixes, cestas básicas, educação e formação. (MAB, 2005, p. 10).

Nesse contexto, o Movimento dos Povos Atingidos na Amazônia ganha mais força, articulado, agora, além de internamente na região, também, nacionalmente, pautando a luta por um outro modelo energético e de desenvolvimento justo, solidário e responsável social e ambientalmente (MAB, 2004). Para Porto-Gonçalves (2005, 159), a “Amazônia ganhou um lugar de destaque no Movimento Nacional dos Atingidos por

---

<sup>7</sup> O dado mais recente sobre a extensão do reservatório da UHT, conforme Pinto (2007, p. 06), aumentou, agora, em mais 5%, passando para 3.007 km<sup>2</sup>. Isto representa “123 km<sup>2</sup> (ou mais de 12 mil hectares, o equivalente aproximadamente a 10 mil campos de futebol)”.

Barragem exatamente pelo significado que a região tem tido no contexto internacional, pelas articulações de interesses inicialmente feitas pelos de ‘de cima’ e ‘por cima’”.

Na dinâmica da região amazônica, “emergem vários movimentos sociais que, pelas suas próprias identidades reivindicadas, indicam que novos sujeitos sociais estão entrando em cena”, gestando e demarcando, por conseguinte, novas identidades, demandas e novas territorialidades de “r-existência” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 130).

Ainda que essas populações atingidas do campo estejam a enfrentar, ainda, fortemente um processo de “desterritorialização” com ameaça de construção de novas barragens no país e, principalmente na Amazônia<sup>8</sup>, é importante, no entanto, considerar que está em curso um processo de “(re)territorialização” levado a cabo por um conjunto de movimentos sociais do campo, como MST, MAB, FETAGRI, MMC, entre outros, que vêm lutando pela reforma agrária, inscrevendo, assim, um novo quadro do campesinato, do território e da questão agrária na sociedade, a partir da produção de novos territórios e de desenvolvimento.

Nesse sentido, não há como conceber a desterritorialização como “fim dos territórios”, uma vez que todo processo de desterritorialização implica sua contraface dialética, a “(re)territorialização”, criação, produção de outros territórios dentro de uma dinâmica de correlações de poder, onde determinados sujeitos, grupos/classes sociais envidam esforços sócio-político-econômicos e culturais para lutar, erigir, engendrar suas territorialidades de acordo com seus interesses e necessidades individuais e/ou coletivos, subjetivos e/ou objetivos, materiais e/ou simbólico-culturais.

Para Costa (2004, p. 32),

[...] Defendemos a idéia de que muito do que os autores denominam desterritorialização é, na verdade, uma nova forma de territorialização, a que chamamos de “multiterritorialidade”, um processo concomitante de destruição e construção de territórios, mesclando diferentes modalidades territoriais (como os “territórios-zona” e o “territórios-rede”), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.

Com efeito disso, é importante capturar o papel político, social e cultural desse processo de (re) territorialização ou contramovimento na conformação desse novo cenário que se apresenta engendrado por esses sujeitos coletivos na sociedade, no caso dessa pesquisa o MAB, e o papel que ele vem assumindo na conformação desse contramovimento, nessa aspiração à construção de novos caminhos e formas de desenvolvimento e sociabilidades alternativas.

Ao se apresentar como um movimento social que luta, também, pela reforma agrária, pela terra, e desenvolve ações de ocupação e acampamento para conquistar e requerer o reassentamento das populações atingidas por barragem, o MAB pode ser identificado como um movimento “socioterritorial”, posto que sua luta vai para além de um lote de terra, apresenta o território como “trunfo” de sua luta como ideário nova

---

<sup>8</sup> O caso das Usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, Estado de Rondônia, que fazem parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, exprimem o contencioso socioambiental na sociedade, assim como Belo Monte, no Pará, demarcando a expansão da fronteira hidrelétrica e ampliação dos conflitos socioambientais.

forma de sociabilidade. Fernandes (2001, p. 52), ao se referir aos “movimentos socioterritoriais” ou “territorializados” e “socioespaciais”, assinala:

Partimos do pressuposto de que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo. Todavia, muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais.

Ao definir suas matrizes e eixos de luta, o MAB posiciona:

- Contra as Barragens.
- Pelos direitos dos atingidos.
- Contra a privatização da água e pela construção de uma política energética.
- Contra o modelo capitalista neoliberal de sociedade e pela construção do projeto socialista para o Brasil.

Ao se referir às diretrizes propositivas para “Uma política energética para o projeto popular para o Brasil”, que expressa a necessidade da construção de um outro “projeto de desenvolvimento para o Brasil” (MAB, Modelo Alternativo de Energia), esse Movimento defende:

- a) Que contemple a participação da população no seu planejamento, decisão.
- b) Que o controle do setor elétrico seja estatal, retomando as empresas privadas.
- c) Que a água e a energia, dois bens estratégicos para nossa soberania, devam ter o controle e a serviço do povo brasileiro.
- d) Que priorize as questões sociais e ambientais.
- e) Que corrija as distorções existentes no setor elétrico, acabando com a concentração na transmissão, distribuição e consumo de energia; bem como o fim dos subsídios aos grandes consumidores.
- f) Que invista em pesquisa, no desenvolvimento e na implantação de fontes alternativas.
- g) Que contemple um programa sério de conservação de energia.
- h) Que as empresas de outros países que queiram construir barragens no Brasil respeitem a legislação brasileira e a do seu país de origem.
- i) Que 20% do capital internacional destinado para construção de barragens seja destinado para investir em fontes alternativas e pesquisa.

Essas diretrizes apresentam proposições para um modelo energético democrático participativo, público, que assegure e fortaleça a soberania nacional. Esse modelo tem como prioridades a inclusão social e responsabilidade ambiental, cuja base são as fontes alternativas de energia. Além disso, ele exige a rigorosidade do cumprimento da legislação ambiental para construção de barragens, investimento em pesquisa de fontes alternativas de energia. Essas diretrizes inscrevem a reivindicação de um modelo de desenvolvimento para o país, colocando e reconhecendo a importância do protagonismo popular na sua construção de forma autônoma, apontando para a representação da água e da energia como finalidade humana e responsabilidade social e ambiental. Esses são traços marcantes de uma perspectiva de desenvolvimento territorial autônomo, sustentável e solidário.

O MAB reforça essa perspectiva e horizonte, em seu texto: “Alternativa Para Produção de Energia”. Ele apresenta as seguintes proposições de fontes alternativas de energia para construção desse projeto e modelo de desenvolvimento:

- **Geração de Energia a partir da Biomassa:** Somente utilizando o bagaço da Cana de Açúcar poder-se-ia aumentar em 3.000 MW o potencial instalado. Poder-se-ia ainda utilizar Casca do arroz, serragem, resíduos do papel e celulose.
- **Geração de Energia Eólica:** O Brasil tem um potencial eólico (energia dos ventos) da ordem de 29 mil MW. Os maiores potenciais estão no Nordeste (Ceará e Rio Grande do Norte). Os Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul também têm bom potencial energético.
- **Pequenas Centrais Hidrelétricas:** O potencial brasileiro estimado pela Eletrobrás é de 9.800 MW. São consideradas PCHs as barragens com até 30 MW e a área inundada pelo reservatório tem de ser menor que 3 km<sup>2</sup>. É importante lembrar que, ao contrário das grandes barragens, uma PCH não exige grandes investimentos e o período de implantação é de dois a três anos. No caso de várias PCHs localizadas num mesmo rio, para uma correta avaliação destes impactos deverá ser considerado o conjunto dos projetos localizados na mesma bacia hidrográfica.
- **Repotenciação das Usinas com mais de 20 anos:** Pode-se acrescentar até 7.600 MW no sistema reabilitando e promovendo reparos e melhorias nas usinas já existentes. O custo por MW nestes reparos seria de 1/3 a 1/5 do custo do MW em uma usina nova.
- **Redução das perdas no sistema elétrico:** O sistema elétrico brasileiro tem perdas operacionais e técnicas da ordem de 15%. Se o Brasil adotar um índice de perdas de 6%, considerado como padrão internacional, o sistema elétrico teria um acréscimo equivalente a 6.500 MW de potência instalada (ou mais da metade da Usina de Itaipu, que possui 12.600 MW).
- **Geração através da Energia Solar e Fotovoltaica:** O Brasil tem lugares privilegiados devido à insolação. A bacia do Rio São Francisco tem condições excepcionais. Esta seria uma boa alternativa para as propriedades rurais distantes da rede de distribuição.

Com base nas proposições expressas nesse referido documento acima, o MAB explica que:

Estas alternativas significam aumentar em mais de 40% o potencial instalado no Brasil e acabar com a crise de energia sem construir nenhuma nova grande barragem. O importante é que estas alternativas significam mudanças estruturais que, ao mesmo tempo que acabam com a crise, servem de suporte para a construção de um novo modelo energético.

Um dos princípios do MAB (2005, p. 11), que se constituem como *os fundamentos orientadores da vida e da organização dos atingidos*, explicita a luta pela “Elaboração de um modelo energético alternativo e popular: um modelo que sirva aos interesses do povo e, por isso, comprometido, com a preservação dos recursos naturais, hoje e no futuro”.



Essas matrizes e diretrizes de luta do MAB apresentam sua posição contrária e contestatória ao modelo energético dominante, que tem como base as grandes barragens e se sustenta no ideário e no interesse do capital privado, figurado no projeto neoliberal. Para o Movimento, esse modelo vem invertendo a função da Água como bem público, direito humano e patrimônio de todos os seres vivos em patrimônio do capital, ou seja, privado, que exclui socialmente e que degrada ambientalmente, o que o caracteriza nos padrões do Hidronegócio (MALVEZZI, 2005).

Ao defender e compreender a importância do MAB para a construção de um novo sentido valorativo e político para a água, Malvezzi (2005) expressa sua concepção sobre a Água, concebendo-a que seu uso múltiplo exige critérios éticos para além de critérios técnicos ou econômico e que, além de se falar em uso múltiplo das águas, é necessário falar de seus valores múltiplos. Ao defender essa compreensão e ao compreender a Água como bem público, direito humano e patrimônio de todos os seres vivos, o MAB constrói uma outra concepção, representação social de paradigma de relação socioambiental, político-cultural e econômica de Mundo a partir da Água, posto que recoloca princípios e valores de justiça social, de democracia, de solidariedade, de diversidade cultural e de responsabilidade ambiental acerca da Água e dos recursos naturais como bens comuns, e não como bens privados de uma classe.

Nos termos de Gramsci (2011), pode-se situar o MAB dentro da sociedade civil como sujeito coletivo – *aparelho privado de hegemonia* –, articulador e organizador dos interesses das populações atingidas excluídas do campo e da cidade, detentor de uma concepção político-ideológica e cultural, que busca construir uma unidade de ação e de consciência de classe com vistas a disputar tanto no terreno da sociedade civil, quanto no terreno da sociedade política por seus direitos e pelo fortalecimento da caminhada na construção de um outro modelo de política energética e de projeto de sociedade para o país. Isso explicita que a sociedade civil e a sociedade política constituem-se em territórios de poder pela hegemonia, atravessados por contradições e conflitos entre classes e grupos sociais antagônicos.

Com base em Boaventura Santos (2002, 2005, 2006), é possível identificar que o MAB revela a emergência de uma experiência social de resistência contra-hegemônica, que possibilita aflorar múltiplos atores invisíveis e novas formas de dominação e opressão para além daquelas marcadas pela macro-estrutura capital x trabalho. Ao se orientar por princípios e valores fundamentais para construção de um outro modelo energético e de desenvolvimento territorial rural e urbano, que atendam aos interesses e necessidades da dignidade humana e da conservação dos recursos naturais, esse Movimento apresenta sinais e traços que desenham um outro paradigma de sociabilidade emergindo de baixo colocando em cena novos atores para construção de campo popular hegemônico.

O MAB, conforme aponta Porto-Gonçalves, além de ser um movimento social de resistência, ele é um movimento de “r-existência”.

São movimentos de r-existência, posto que não só lutam para *resistir* contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar (PORTO-GONÇALVES, p. 130).

## Conclusão

Com base nessas formulações, pode-se situar e compreender o MAB, nos termos de Santos (2003, 2005), como um movimento social popular que se apresenta como protagonista e como parte da constituição de uma contra-hegemonia na região e no Brasil ao projeto hegemônico neoliberal, o que evidencia e demarca uma dinâmica social do campo e da cidade contraditória e conflitiva. Ele exprime novas nuances materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas, que, mesmo dando forte ênfase a dimensão econômica e as relações de classes (estrutural), não desprezam e negligenciam outras dimensões da sociedade, como a questão cultural, política e ambiental.

Isso, ao mesmo tempo, em que ajuda a problematizar e enfrentar o discurso hegemônico da existência de um único paradigma racional e de acumulação de capital, afirma e cultiva a existência de movimentos de resistência e de alternativas plurais a esse modelo hegemônico, ou seja, afirma a existência em curso de outros paradigmas (SANTOS; NUNES, 2003). As formas sociais, culturais e identitárias de vida e trabalho próprias das sociedades originárias e tradicionais e camponesas na Amazônia, de suas relações sociais com os ecossistemas estão aí para afirmar isso. São saberes, práticas e valores em movimento localizado, que fecundam um Cotidiano, que ajudam a fazer o processo de reterritorialização e a tecer uma resistência plural contra-hegemônica (SANTOS; NUNES, 2003).

Por isso, a necessidade de se investigar e evidenciar as experiências e iniciativas que essas populações do campo excluídas e de seus movimentos e organizações sociais populares vêm produzindo e gerando em torno de outras dinâmicas e processos socioambientais, de outro modelo de desenvolvimento na região e no país contrário a esse produzido pelo modelo dominante, a fim de demarcar a dimensão contraditória e conflituosa existentes entre essas lógicas e dinâmicas sociais. Nesse resumido texto, que assinala a emergência de novos atores sociais em cena, com foco no MAB, pode-se identificar, assim, o surgimento de uma reconfiguração dos conflitos sociais e do debate do desenvolvimento na sociedade brasileira, em particular na Amazônia.

## Referências

- ALVES FILHO, A. A Política dos Governos Militares na Amazônia. In: ALVES FILHO, A., SOUZA J. R., BEZERRA NETO, J. **Pontos de História da Amazônia**. Volume II. Belém-PA: Produção Independente, 1999. p. 34-48.
- COSTA, R. H. da. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- DIEGUES, A. C. Modelo Econômico e os Modos de Vida: Confrontos e Alternativas no Sul do Pará. In: DIEGUES, A. C (org.). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, 1999. p. 27-94.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época v. 92).
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ªed. São Paulo: Circulo do livro, 1996.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2<sup>a</sup>.ed., São Paulo, Contexto, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>. Acesso em: 14/05/2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LOUREIRO, V. R. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernidade às avessas. In. COSTA, M. J. J (org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém, Universidade Federal do Pará, 2001. p. 47-70.
- MARTINS, J. S. **A Sociedade vista do Abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 228.
- MAB. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem**. In. MAB. 1<sup>a</sup> ed. Brasília-DF: [s.e], Janeiro de 2005b.
- MAB. Uma História de Organização e Luta. Parte 01. [s.l.: s.n.]. In. MAB. Disponível em: < [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br) >. Acesso em 25/04/2006.
- MAB. **Ditadura contra as populações atingidas por barragem**. In. MAB. Brasília-DF, Caderno de Formação, nº 08, Maio de 2004.
- MAB. **MAB: Uma história de luta, desafios e conquistas**. In. MAB. São Paulo, Secretaria Nacional do MAB, Caderno nº 07, 2002.
- MALVEZZI, R. A questão da água na América Latina. 2005. Disponível em: <[http://resistir.info/agua/questao\\_agua.html](http://resistir.info/agua/questao_agua.html)>. Acesso em: 12/06/2012.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Presidente Prudente. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006.
- PINTO, L. F. Tucuruí: lago ficou maior. In. O que fica: o buraco. Belém-PA. **Jornal Pessoal**: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto. Abril de 2007. 1<sup>a</sup> Quinzena. Nº389. Ano XX.
- SANTOS, B. de S. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, B. de S. S. et al. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In. SANTOS, B. de S. S (Org). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-122.
- SANTOS, B. de S.; NUNES, J. A. Introdução: Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In. SANTOS, B. de S. S (Org). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.
- SANTOS, B. de S. Os processos de globalização. In. SANTOS, B. de S. S (org.). **A Globalização e as ciências sociais**. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-104.
- SANTOS, B. de S. 2001. **A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo, Cortez, 415 p.
- VAINER, C. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H, et al (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.